

COIMBRA
A MONTAGEM DO CENÁRIO URBANO

JORGE DE ALARCÃO

COIMBRA 2007

ÍNDICE

000	Agradecimentos
000	Antecipação do que se diz neste livro
000	O sítio e a posição
000	Coimbra romana
000	<i>Aeminium</i> , capital de civitas
000	A identificação de <i>Aeminium</i>
000	As estradas que passavam por <i>Aeminium</i>
000	Os monumentos de <i>Aeminium</i>
000	Os arruamentos da cidade de <i>Aeminium</i>
000	O tempo indecifrado (409-878)
000	A primeira reconquista cristã da cidade e a sua perda, de novo para os Muçulmanos
000	A cidade reconquistada em 1064 e o seu governo
000	A Almedina
000	A arquitectura doméstica na Almedina
000	O Arrabalde
000	Da ponte a Santa Cruz
000	A área de Santa Cruz
000	Do Arnado a Santa Cruz
000	A(s) muralha(s) e o(s) castelo(s) de Coimbra
000	Notas: A – A igreja de S. Cristóvão/S. Bartolomeu
	B – Sobre o <i>Forum Regis</i>
	C – As casas fronteiras da Sé
	D – Sobre a área do mosteiro de Santa Cruz
000	Índice das ilustrações e sua origem
000	Referências

FICHA TÉCNICA

Título	Coimbra: a montagem do cenário urbano
Autor	Jorge de Alarcão
Desenho	José Luís Madeira, Mariana M. de Carvalho
Fotografia	Filipe Jorge, João Boavida
Design Gráfico	José Luís Madeira
Composição e Pré-Impressão	G.C. – Gráfica de Coimbra
Impressão e Acabamento	?????????
Edição	III – Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra
Tiragem	???
Depósito Legal	?????/07
ISBN	?????

Esta edição foi impressa em papel *silck*, e caracteres *AGaramond*
Coimbra 2007

AGRADECIMENTOS

O maior agradecimento que devemos a quem nos ajudou na feitura deste livro dirige-se ao Dr. José Luís Madeira, autor da maior parte dos desenhos que o ilustram e que, por vezes, explicam, com mais clareza do que a escrita, o que imaginámos ou reconstituímos. Mesmo quando os desenhos partiram de esboços ou riscos nossos, José Luís Madeira soube dar-lhes a forma correcta ou sugestiva.

O nosso agradecimento vai também para a Arq.^a Mariana Martins de Carvalho, autora de outros desenhos e plantas, para o Dr. António José Marques da Silva, que realizou os cálculos necessários à reconstituição da ria do Mondego e do horizonte que se dominaria do alto da torre de menagem do castelo da cidade e para o Eng. João Boavida, responsável por levantamentos fotogramétricos.

A Doutora Leontina Ventura leu o texto original e fez-nos sugestões úteis que nos obrigaram a correcções ou revisões pontuais. Não esquecemos também a generosidade com que nos facultou a sua leitura e transcrição do *Livro de D. João Teotónio*, cuja edição prepara.

Os Doutores António Ferreira Soares, Sebastião Tavares de Pinho e João Gouveia Monteiro leram capítulos ou páginas da obra e as suas observações foram-nos também preciosas.

À Dr.^a Berta Duarte e ao Dr. Alexandre Ramires agradecemos, respectivamente, informação sobre as muralhas de Coimbra e a revelação de fotografias antigas da cidade.

Ao Arq.^o Filipe Jorge, a cedência de algumas fotografias do seu livro *Coimbra vista do céu*.

À Divisão de Informação Geográfica e Solos da Câmara Municipal de Coimbra, ao Gabinete para o Centro Histórico da mesma Câmara e ao Museu Nacional de Machado de Castro devemos a cedência de plantas, desenhos e fotografias que apresentamos ou nos serviram como instrumentos de trabalho. à Fundação para a Ciência e a Tecnologia, devemos subsídio para a realização do levantamento fotogramétrico da torre de Almedina.

Finalmente, ao Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra e ao Presidente da sua Direcção, Prof. Manuel Fiolhais, agradecemos ter assegurado a edição de uma obra que, de outro modo, poderia correr o risco de andar por muito tempo à procura de editor.



FIG. 1 – A cidade de Coimbra em 1669. Pormenor do desenho de Baldi.

ANTECIPAÇÃO DO QUE SE DIZ NESTE LIVRO

Este nosso livro não escreve a história da cidade, mas descreve o lugar onde a história de Coimbra sucedeu.

Toda a história tem personagens, um lugar onde sucede e um tempo em que decorre; e tem, além disso, episódios. Hesitamos em dizer que tem intriga ou enredo, visto estes termos sugerirem história romanesca e não a história do que realmente ocorreu. Esta última é o objectivo do historiador. Se bem que uma teoria post-modernista da História duvide de que se possa contar o passado tal como ele realmente sucedeu, a objectividade é o que o historiador sempre pretende, mesmo quando duvida de a poder alcançar.

Voltando às personagens, ao tempo e ao lugar, é neste último que, neste livro, centramos a nossa atenção.

Pretendemos reconstituir (ou descrever) o lugar ou espaço da cidade desde o tempo dos Romanos até ao de D. Afonso III. Como disse Frei Luís de Sousa, “era Coimbra nos primeiros annos do Reino de Portugal como cabeça e metropoli d’elle”. Depois, o Bolonhês assentou-se em Lisboa e Coimbra perdeu muito da importância que desde D. Afonso Henriques tivera. A Almedina, isto é, o espaço intramuros, começou nesse tempo a despovoar-se – embora devamos perguntar-nos se, em contrapartida, não foi crescendo o arrabalde (a actual Baixa).

Por outro lado, os mosteiros de Santa Cruz e de Santa Justa foram concluídos na década de 1150 e, na segunda metade do séc. XII, ergueram-se todas as igrejas românicas da cidade. O castelo foi

edificado por D. Afonso Henriques e D. Sancho I. Ficou assim definido o perfil de Coimbra. As obras de D. Dinis na alcáçova e os seus Estudos Gerais modificaram um tanto o topo da colina. Mas só no séc. XVI, com a transferência da Universidade por D. João III e a consequente edificação dos colégios universitários é que de novo se alterou substancialmente a fisionomia da cidade, cuja população cresceu em flecha. As muralhas, que sempre são elemento muito caracterizador de um burgo, começaram a desaparecer da vista, nalguns pontos destruídas e noutros encobertas por casas que se lhes encostaram ou residências que aproveitaram suas torres.

Parece-nos, pois, justificada (tanto quanto pode sê-lo) a nossa opção pelo termo da nossa “história” que não é história, mas descrição dos lugares.

Se, com alguma frequência, recorremos a documentos posteriores ao séc. XIII, não nos parece que incorramos em erro de anacronia ou ucronia. Do que foi edificado no séc. X ou XII podemos não ter notícia contemporânea; mas tais construções podem ter sobrevivido, sem grandes reformas, até ao séc. XVI ou XVIII ou pode suceder que, destes séculos, haja documentos que nos permitam imaginar o que a cidade foi (ou como estava) em época muito mais recuada. Servimo-nos de documentos posteriores ao séc. XIII sobretudo no capítulo respeitante às muralhas da cidade. Essas são, exactamente, uma construção de longa duração. Resistentes são também as ruas – ainda que mudem seus nomes.

A descrição de uma cidade tal como foi no passado ficará sempre aquém do desejado. Podemos traçar-lhe as ruas. Mas as ruas, sem as gentes que por elas iam e vinham, são as de uma cidade deserta. Ora um historiador não é propriamente um cartógrafo – e

nunca pensámos reduzir o nosso livro a uma colecção de estampas próprias para figurarem num atlas das cidades medievais de Portugal. Não é possível (ou desejável) descrever uma cidade sem convocar os homens – isto é, as personagens da história.

São os homens que vivem na cidade aqueles que a fazem. Mesmo quando nenhum deles edifica o que quer que seja, basta que cuide de planta derramada do muro do quintal ou pinte, numa parede, grafite indecoroso, escarnecedor ou apaixonado, basta isso para que faça a cidade. É literatura o que dizemos? Seja. Digamos então, de mais modesta maneira, que pretendemos falar também dos moradores da cidade. Mas muitos são gente de cuja vida nada sabemos: pouco mais são do que nomes, ou actores de um acto só, como esse francês Seguin, residente junto da Sé e construtor de uns banhos públicos no Arnado no tempo dos condes D. Henrique e D. Teresa, ou o mercador Roberto, que vivia ao fundo da rua das Tendas (hoje de Quebra-Costas) e de quem só sabemos que vendeu sua residência a um tal Perrot, ou uma certa Elvira, que tinha casa logo acima da Porta de Almedina e que surpreendemos quase à beira da morte fazendo seu testamento. Outras personagens são gente maior, como o conde D. Sesnando ou os bispos D. Paterno ou D. Miguel Salomão. Raras, porém, são as que têm biografia, como D. Telo e D. Teotónio, o fundador e primeiro prior de Santa Cruz.

Tentámos, assim, povoar a cidade, sem pretendermos fazer a história social e económica dela. Também não levámos tão longe quanto possível a sociotopografia, ainda que tenhamos falado de grupos étnicos, sociais ou profissionais: os Judeus apartados em seu bairro, a gente nobre e rica nas imediações da Sé, os fivleiros no

seu “quintanal”, os tinge-rodilhas ou oleiros na rua que ainda hoje é chamada da Louça. Mas não encontramos a mouraria que uma tradição sem fundamento situa em torno da igreja de S. Cristóvão – área todavia também de gente rica, como o alvazil D. Mendo Baldemires, o juiz Paio Cartemires ou a família dos Anaias.

A cidade compreendia a almedina e o arrabalde. Aquela era, como dissemos, o espaço intramuros, em época romana presidido pelo forum e, na medieval, pela alcáçova e pela Sé. Da mesquita principal da cidade muçulmana não há vestígios, nem do lugar dela ficou memória, ainda que por tradição se diga que foi aí que o rei Fernando Magno armou cavaleiro o célebre Cid, o Campeador.

O arrabalde (actual Baixa) surgiu de manchas de povoamento em torno das igrejas de S. Bartolomeu, S. Tiago e Santa Justa – manchas que de diversa maneira foram alastrando, numa urbanização mais planeada entre o Arnado e Santa Cruz e noutra, a sul, mais espontânea. Um outro pólo urbano que, nos fins do séc. XI ou nos inícios do XII, se começou a desenvolver onde D. Telo, em 1131, deu início ao mosteiro de Santa Cruz, foi nado-morto, pois o mosteiro foi afastando os moradores, adquirindo-lhes os prédios.

O arrabalde ficou assim circunscrito entre a ponte e Santa Justa, e entre o rio e as actuais ruas de Ferreira Borges e do Visconde da Luz.

O rio, sobretudo a partir do séc. XIII, foi-se gravemente asso-reando, não por culpa dos moradores da cidade, mas de quem, a montante, desbravava as encostas sobre o Mondego. Disse-o com tanta justeza Frei Luís de Sousa, a propósito do forçado abandono do convento de S. Domingos no séc. XVI, que não resistimos à tentação de transcrever sua prosa:

“Em tempos muito antigos eram invioláveis as costas [isto é, as encostas], e ladeiras, que caíam sobre os rios... Faz perder os campos muito largos, e muito proveitosos, o querer aproveitar montes pela maior parte esteriles, ou pouco fructiferos; achão as invernadas a terra bolidada, levão-na ao baixo, e ficão despídos os altos até descobrirem os ossos, que são as lageas, e penedias do centro, e assi ficão os campos perdidos, e os montes não dão proveito”.

A ponte que os Romanos haviam construído, assoreada, teve de ser refeita por D. Afonso Henriques e, no séc. XVI (já fora do prazo do nosso livro), por D. Manuel. Sempre a construção de pontes foi (e continua a sê-lo) considerada um prodígio – tão grande que em muitos lugares foram elas atribuídas ao Diabo. A ponte ligou a cidade à outra margem. Desta, porém, não falamos, até porque era ainda pouco povoada no séc. XIII: ficavam aí sossegados em seu convento os franciscanos e tranquilas em seus mosteiros as freiras de Santa Clara e as monjas de Santo Agostinho, até que as águas do rio, sempre crescendo, condenaram suas santas casas.

A cidade nasceu com os Romanos. Não havia então ninguém quando os Romanos chegaram? Havia, sim, embora o que sabemos do povoado pré-romano seja pouco mais do que nada. E não era cidade.

Decidindo que não era cidade o que anteriormente existia até parece que sabemos o que é uma cidade. Definir uma cidade é todavia tão difícil como definir o Tempo. Deste, disse Santo Agostinho: “O que é, por conseguinte, o Tempo? Se ninguém mo perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer esta pergunta, já não sei”.

Mutatis mutandis, podemos dizer o mesmo de “cidade”. Talvez um traço definidor de cidade seja a existência de edifícios públicos. Na época romana foram o forum, templos, teatro e anfiteatro, termas. Na conversão da cidade romana em medieval são traços essenciais a desvalorização de certos edifícios públicos e o aparecimento de outros, de outro tipo. O forum, que era o edifício principal da cidade romana, desapareceu. Na cidade medieval, o *concilium* ou sede da administração municipal era coisa modesta – em Coimbra, mais humilde ainda por ficar defronte da obra perfeita que era a Sé. Os templos, onde na época romana cabiam os deuses mas não cabiam os homens, tornam-se os edifícios maiores da cidade medieval. Os teatros e anfiteatros primeiro se abandonaram e depois caíram em ruínas ou serviram de pedreiras – e os espectáculos vieram para a rua. Mas também eram outros, agora, os espectáculos que tinham palco na rua: as procissões, as visitas dos reis, os autos.

Na evolução da cidade romana para a medieval foi também importante a cintura das muralhas. Algumas cidades ficaram tão apertadas em seus “muros” que isso conduziu a um sobrepovoamento. Não foi, porém, o caso de Coimbra, onde, até ao séc. XIII, sempre sobrou o espaço.

A cidade romana de *Aeminium* e a medieval de Coimbra tiveram, pois, feições diferentes. O que pretendemos, neste livro, é mostrar o cenário que os Romanos montaram e aquele outro que foi o da Idade Média. “Cenário” é, obviamente, metáfora, pois, numa cidade, não se representa, mas vive-se. E os cenários urbanos não se armam e desarmam como os de uma peça de teatro. Feitos de pedra e cal e não de papelão, só uma catástrofe como terramoto ou grande incêndio os desmonta. Ou essa outra catástrofe que é a

renovação urbana, felizmente cada vez menos previsível porque o paradigma, agora, é o da recuperação.

A recuperação respeita a velhice; a renovação mata o que não chegou ainda ao tempo de morrer ou deita fora o que ainda tem préstimo.

Por muito repetida que seja (ou tenha sido), a fórmula “um futuro para o passado” continua justa. Mas adequado é também dizer-se que o futuro necessita de origens, ou que o planeamento do futuro não dispensa o conhecimento do passado e o aproveitamento do que dele permanece, construído. É necessário fabricar concórdia entre passado e futuro.

Quando se conta uma história, quem a ouve ou quem a lê gosta de saber onde foi sucedida. O nosso propósito, repetimos, é sobretudo falar do onde ou do cenário, pois há quem seja muito mais sabido do que nós para, muito explicadamente, contar a história ou o drama. Talvez haja também quem seja mais capaz de ler o espaço ou entendê-lo de outro modo. A nossa leitura é apenas uma das possíveis. Aqui nos achegamos dos post-modernistas de quem no

início deste prefácio nos demarcámos: há sempre outras leituras. Naturalmente, há também coisas que era cabido se dissessem neste livro e não dissemos. Umas, por já escritas, as não repetimos; outras, ainda por dizer, virão a ser faladas por quem mais se ocupar da história da cidade.

Coimbra já não é “alma deste reino... e uma formosa imagem em que todos devem pôr os olhos” – como disse Frei Heitor Pinto. Mas repetimos o convite de António Nobre: – “Vem a Coimbra. Hás-de gostar, sim, meu Amigo”. E acrescentaremos: e gostarás mais se souberes a história dela.

Talvez, por demasiadamente comprida, se torne fastidiosa, para muitos, a “história” que aqui contamos. Talvez o nosso esforço tenha sido como o daquele que, perante apagada inscrição, teima em lê-la e só letra a letra consegue entender o segredo que ela guarda. Mas a nossa “história” pode ser refeita ou resumida, ao gosto de quem a queira recontar; e os que pretendam representar-nos as cenas ou episódios da história de Coimbra têm o palco montado: façam entrar as personagens.